

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Atlântica Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações de Seguros

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2020, faturamento de R\$ 12,131 milhões (R\$ 37,131 milhões no exercício 2019).

O faturamento apresentado é composto pelas emissões de prêmios do Seguro de Garantia Estendida, produto comercializado através de Contrato de Representação de Seguros com rede varejista.

A redução, no faturamento apurado no exercício, está impactada pela operação de Garantia Estendida, em função do acordo operacional firmado com rede varejista.

Resultado do Exercício

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2020, Prejuízo Líquido de R\$ 121,866 milhões (Lucro Líquido de R\$ 32,736 milhões no exercício de 2019).

O prejuízo apurado no exercício decorre principalmente da baixa de créditos tributários no valor de R\$ 156,604 milhões, devido à existência de dúvida razoável em relação às possibilidades de recuperação dos custos de aquisição de acordo de exclusividade.

Maiores detalhes constam na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis 7b.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Atlântica Companhia de Seguros, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias Valor Justo por meio do Resultado (Negociação) e Disponível para Venda, conforme normas contábeis em vigor.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Atlântica Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos nesse contexto categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretivas da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*). A Atlântica Companhia de Seguros realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Atlântica Companhia de Seguros faz parte, possui estrutura própria para monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. Em complemento, a Área de *Compliance* atua no captação, divulgação e devido acompanhamento das regulamentações aplicáveis, para assegurar a aderência. O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos e controles consistentes, aplicados no devido monitoramento das operações, apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e mantendo disponíveis os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

A aplicação dos princípios de conduta, estabelecidos para a rede de negócios de Bradesco e pelo Grupo Bradesco Seguros nas relações com os clientes, parceiros, fornecedores e demais partes relacionadas, também faz parte da atuação da Área de *Compliance*, através do monitoramento contínuo e ações periódicas para o acultamento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência com nossos produtos e serviços.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Dado o cenário de requerimentos das publicações de atos normativos por parte dos Órgãos Reguladores, a exigência de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e o incremento na velocidade de transformação digital que estamos vivenciando, o Grupo Bradesco Seguros reafirma o compromisso com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações organizacionais e dos clientes, com ênfase especial à governança de dados, segurança da informação e privacidade dos dados pessoais e sensíveis, dentro e fora da organização. Sendo assim, o Grupo Bradesco Seguros tem acompanhado de forma bastante presente as necessidades dos reguladores e clientes, apoiando-se nas melhores práticas de mercado, assegurando-se por meio de processos a qualidade, transparência e proteção aos dados, garantindo a consistência e confiabilidade durante todo o ciclo de tratamento de dados e, com isso, dando um foco especial à governança de dados e segurança da informação.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados, Parceiros de Negócios e o apoio recebido dos Órgãos Reguladores.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 REAPRESENTAÇÃO 2019 E 1º DE JANEIRO 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	Reapresentado 2019	Reapresentado 1º de janeiro de 2019		Nota	2020	Reapresentado 2019	Reapresentado 1º de janeiro de 2019
ATIVO					PASSIVO				
CIRCULANTE		474.293	350.125	369.142	CIRCULANTE		75.607	101.858	125.041
Disponível		5	27	17	Contas a pagar		22.846	20.281	12.016
Caixa e bancos		5	27	17	Obrigações a pagar	9	873	1.742	1.625
Aplicações	4	462.476	314.531	312.290	Impostos e encargos sociais a recolher		2	6	2
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	84	13.848	9.860	Impostos e contribuições	10	21.958	18.533	10.384
Prêmios a receber		-	6.314	4.914	Outras contas a pagar		13	-	5
Operações com seguradoras		84	7.534	4.946	Débitos de operações com seguros e resseguros		17.059	21.686	9.698
Outros créditos operacionais		168	785	261	Operações com seguradoras		20	3	2
Títulos e créditos a receber	7a	207	203	181	Corretores de seguros e resseguros		-	88	26
Créditos tributários e previdenciários		207	203	181	Outros débitos operacionais	11	17.039	21.595	9.670
Despesas antecipadas		62	244	639	Depósitos de terceiros		143	1.532	80
Custos de aquisição diferidos	12d	11.291	20.487	45.894	Provisões técnicas - seguros	12	35.559	58.359	103.247
Seguros		11.291	20.487	45.894	Danos		35.559	58.359	103.247
ATIVO NÃO CIRCULANTE		461.238	753.407	722.624	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		14.231	31.660	42.204
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		460.423	752.694	721.939	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		14.231	31.660	42.204
Aplicações	4	449.026	569.886	531.266	Provisões técnicas - Seguros	12	11.626	29.062	39.706
Títulos e créditos a receber	7a	7.107	171.519	172.269	Danos		11.626	29.062	39.706
Créditos tributários e previdenciários		6.525	159.732	160.498	Outros débitos		2.605	2.598	2.498
Depósitos judiciais e fiscais	8	539	11.745	11.699	Provisões judiciais	13	2.432	2.428	2.334
Outros créditos operacionais		43	42	72	Outras provisões		173	170	164
Despesas antecipadas		-	21	140	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	845.693	970.014	924.521
Custos de aquisição diferidos	12d	4.290	11.268	18.264	Capital social		1.047.000	1.047.000	1.047.000
Seguros		4.290	11.268	18.264	Ajustes com títulos e valores mobiliários		19.336	21.791	9.034
INVESTIMENTOS		815	713	685	Prejuízos acumulados		(220.643)	(98.777)	(131.513)
Participações societárias		815	713	685	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		935.531	1.103.532	1.091.766
TOTAL DO ATIVO		935.531	1.103.532	1.091.766					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E REAPRESENTAÇÃO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2020	Reapresentado 2019
Prêmios emitidos	18a	12.131	37.131
Varição das provisões técnicas de prêmios		35.424	51.938
Prêmios ganhos	17	47.555	89.069
Sinistros ocorridos	18b	(2.073)	(8.240)
Custos de aquisição	18c	(20.708)	(46.326)
Outras (despesas) e receitas operacionais	18d	(5.192)	(27.568)
Despesas administrativas	18e	(9.754)	(13.383)
Despesas com tributos	18f	(2.636)	(4.122)
Resultado operacional	18g	50.891	65.043
Receitas Financeiras		55.381	68.778
Despesas Financeiras		(4.490)	(3.735)
Resultado operacional		58.083	54.473
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(12)	-
Resultado antes dos impostos e participações		58.071	54.473
Imposto de renda	18h	(112.401)	(13.528)
Contribuição social		(67.536)	(8.209)
Prejuízo/Lucro líquido do exercício		(121.866)	32.736
Quantidade de ações		2.207.711.864	2.207.711.864
Prejuízo/lucro por lote de mil ações - R\$		(55,20)	14,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Prejuízo/Lucro líquido do período	(121.866)	32.736
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(4.092)	21.262
Efeitos dos impostos	1.637	(8.505)
Total do resultado abrangente do exercício	(124.321)	45.493
Atribuível ao controlador	(124.321)	45.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E REAPRESENTAÇÃO DE 2019

(Em milhares de reais)

	2020	Reapresentado 2019
Lucro antes dos impostos e participações	58.071	54.473
Ajustes para:		
- Despesas antecipadas	203	514
- Custos de aquisição diferidos	16.174	32.403
- Variações das provisões técnicas	(33.338)	(43.483)
- Provisão para riscos sobre créditos	5.237	28.310
- Juros e variação monetária	(208)	(554)
Lucro líquido ajustado do exercício	46.139	71.663
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	(147.945)	(2.241)
- Créditos das operações com seguros e resseguros	8.526	(32.298)
- Outros créditos operacionais	617	(524)
- Títulos e créditos a receber	164.613	1.134
- Contas a pagar	(154.146)	(1.074)
- Débitos das operações de seguros	(4.627)	11.988
- Depósitos de terceiros	(1.389)	1.452
- Provisões técnicas - seguros	(6.894)	(11.901)
- Outros débitos	7	100
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(141.238)	(33.364)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(13.134)	(11.919)
Contribuição social sobre o lucro pago	(8.455)	(8.984)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(116.688)	17.396
Atividades de investimento		
- Aquisição de títulos disponíveis para a venda	-	(161.030)
- Alienação/vencimentos e juros de títulos disponíveis para a venda	116.768	143.672
- Aquisição de investimentos	(102)	(28)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	116.666	(17.386)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(22)	10
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	27	17
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5	27
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(22)	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.047.000	9.034	(131.513)	924.521
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	12.757	-	12.757
Lucro líquido do exercício	-	-	32.736	32.736
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.047.000	21.791	(98.777)	970.014
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(2.455)	-	(2.455)
Prejuízo do exercício	-	-	(121.866)	(121.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.047.000	19.336	(220.643)	845.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de danos em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Rio de Janeiro nº 555, 20º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

a. Consórcio DPVAT

Em 24 de novembro de 2020, através de Assembleia Geral conforme previsto no Instrumento do Consórcio, motivado pelo anúncio da saída de 36 seguradoras, dentre elas, a Atlântica Companhia de Seguros, foi deliberado a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021. A dissolução do Consórcio significa que estarão vedadas quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas, ficando a Seguradora Líder designada a administrar o *run-off* dos ativos, passivos e negócios do Consórcio e Seguro DPVAT, realizados até 31 de dezembro de 2020.

A Seguradora Líder permanecerá responsável por operar o Seguro DPVAT em *run-off* até a extinção de todas as obrigações relacionadas a este seguro. Além disso, as consorciadas permanecerão com as direções e obrigações na forma do Instrumento do Consórcio, inclusive com a obrigação de participar das receitas e despesas referentes à operação do Seguro DPVAT na proporção de suas respectivas quotas.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 02 de fevereiro de 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e os saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019 (que foram derivados das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018),

originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daqueles exercícios, estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, motivado pela alteração requerida pela Circular SUSEP nº 595/19 que revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/2015, alterando, a partir de 1º de janeiro de 2020, registro contábil das operações do Consórcio DPVAT pelas consorciadas. Abaixo demonstramos um resumo do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e os saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019, originalmente apresentados, comparativo às demonstrações ora retificadas:

	Saldo divulgado anteriormente em 31/12/2019	Ajustes decorrentes da Circular SUSEP 595/19	Saldo reapresentado
Ativo			
Ativo circulante	570.057	(219.932)	350.125
Aplicações	533.908	(219.377)	314.531
Outros créditos operacionais	1.340	(555)	785
Ativo não circulante	753.844	(437)	7

	Saldo divulgado anteriormente em 01/01/2019	Ajustes decorrentes da Circular SUSEP 595/19	Saldo reapresentado
Ativo			
Ativo circulante	589.025	(219.883)	369.142
Aplicações	532.173	(219.883)	312.290
Ativo não circulante	723.171	(547)	722.624
Imobilizado	282	(282)	-
Bens móveis	231	(231)	-
Outras imobilizações	51	(51)	-
Intangível	265	(265)	-
Total do Ativo	1.312.196	(220.430)	1.091.766
Passivo			
Passivo Circulante	326.271	(201.230)	125.041
Contas a pagar	12.563	(547)	12.016
Obrigações a pagar	2.172	(547)	1.625
Débitos de operações com seguros e resseguros	9.855	(157)	9.698
Outros débitos operacionais	9.827	(157)	9.670
Provisões técnicas - seguros	303.773	(200.526)	103.247
Danos	303.773	(200.526)	103.247
Passivo não circulante	61.404	(19.200)	42.204
Provisões técnicas - Seguros	58.906	(19.200)	39.706
Danos	58.906	(19.200)	39.706
Total do passivo e patrimônio líquido	1.312.196	(220.430)	1.091.766

	Saldo divulgado anteriormente em 31/12/2019	Ajustes decorrentes da Circular SUSEP 595/19	Saldo reapresentado
Demonstração dos resultados			
Prêmios emitidos	63.659	(26.528)	37.131
Varição das provisões técnicas de prêmios	50.474	1.464	51.938
Prêmios ganhos	114.133	(25.064)	89.069
Receitas com emissão de apólices	7.308	(7.308)	-
Sinistros ocorridos	(27.407)	19.167	(8.240)
Custos de aquisição	(46.331)	5	(46.326)
Outras (despesas) e receitas operacionais	(33.591)	6.023	(27.568)
Despesas administrativas	(20.004)	6.621	(13.383)
Despesas com tributos	(4.463)	341	(4.122)
Resultado financeiro	64.828	215	65.043
Receitas financeiras	84.482	(15.704)	68.778
Despesas financeiras	(19.654)	15.919	(3.735)
Total	32.736	-	32.736

c. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguros; 4 - Aplicações; 7 (a) - Créditos tributários e previdenciários; 12 - Provisões técnicas - Seguros, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

e. Segregação entre circulante e não circulante
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b). Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante, e os seu vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais. Os passivos de provisões técnicas acompanham suas características contratuais segmentados conforme fluxos futuros projetados.

f. Classificação dos contratos de seguros
Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro.

g. Aplicações e instrumentos financeiros
A Companhia e suas controladas efetuam a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidênciação estão descritos a seguir:

(i) Disponível e Equivalentes de Caixa
São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda
Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

(v) Determinação do valor justo
Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado, para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

(vii) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Crédito das operações com seguros e resseguros" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Redução ao valor recuperável de Empréstimos e recebíveis
A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber e operações com seguradoras, é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento. A redução a valor recuperável considera, inclusive, os riscos já decorridos e os prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

h. Custo de aquisição
Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

i. Provisões técnicas
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios aceitos em cosseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os Riscos Vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE. A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída com base nos Sinistros Ocorridos e ainda Não Pagos (IBNP) subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de Sinistros já Ocorridos e ainda Não Pagos com base em triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 11 trimestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações avisadas até a data do balanço, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais, atualizados e corrigidos monetariamente. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

Para a data-base não foi identificado necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura.

j. Operações com o Convênio DPVAT
Em consonância com a Circular SUSEP nº 595/19, com vigência a partir de 1º/01/2020, e que revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/2015, a Companhia alterou a forma de contabilização das operações relacionadas ao Consórcio do DPVAT, passando a registrar somente os valores a receber/pagar referentes à apuração mensal da margem de resultado e o devido recebimento/pagamento destes, de acordo com o determinado nas orientações da SUSEP.

k. Teste de adequação de passivo (TAP)
A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro, o CPC 11 - Contratos de Seguros e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) relacionados às provisões técnicas, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL e IBNR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo às apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE.

O resultado do teste de adequação de passivo não apresentou insuficiência e, consequentemente, não houve a necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. A sinistralidade projetada no estudo desta Companhia foi de 14,29%.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
(i) Ativos contingentes
São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes
As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais
As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

m. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

n. Resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguro e cosseguros aceitos, e os respectivos custos de aquisição correspondentes, são registrados no resultado quando da emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, por meio da variação da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, no decorrer do período de vigência das apólices. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. O resultado decorrente da operação do seguro DPVAT é reconhecido através da apuração mensal da margem de resultado com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos, receitas de dividendos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 não adotadas, e/ou ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do CPC 50 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil
Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para o exercício de 2021, objetiva garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras, a Administração avaliou que não há impactos inerentes a adoção da norma.

CPC 50 - Contratos de Seguros
O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

O CPC 50 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Os normativos, CPC 48 e CPC 50, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

g. Gerenciamento de riscos
a. Introdução
A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos
O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas em valor da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc. bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tangue a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao risco de crédito, liquidez, mercado e operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição
O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance*, Gestão de Dados, O&P e Ouvidoria, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições, a estruturação de modelos internos para risco de subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios, e certifica as provisões técnicas, além de avaliar o impacto de novos produtos no capital de risco da Companhia.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros
Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato, mesmo que o aviso ocorra após o fim de vigência deste. Todavia, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer de a liquidação final mostrar-se diferente da provisão técnica inicialmente constituída.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)
A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios
A Companhia opera na modalidade de seguros de garantia estendida e, apesar da emissão ser através de cosseguro aceito, o monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de garantia estendida
Os riscos associados aos seguros de garantia estendida incluem, entre outros:

- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Concentração de riscos
As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento, referentes aos valores das emissões do produto garantia estendida aceitas em cosseguro:

Região Geográfica	R\$ mil 2020	R\$ mil 2019
Sudeste	12.282	37.021

Teste de sensibilidade
O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fator de risco elegeram-se a seguinte premissa:

- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Companhia recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade
O quadro abaixo apresenta o resultado caso houvesse aumento em 1 ponto percentual na sinistralidade nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

	R\$ mil - 2020
Bruto de resseguro	(285)

Garantia estendida
Limitações das análises de sensibilidade
A análise de sensibilidade demonstra o efeito de uma mudança em uma única premissa. Deve-se ser observado que essa sensibilidade não é linear, cujo impacto não deve ser interpolado ou extrapolado a partir desse resultado.

A análise de sensibilidade não leva em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outra limitação na análise de sensibilidade inclui o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

c. Risco de crédito
O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia, bem como à desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte. Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito
A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

	2020	AAA (*)	Total
Ativos financeiros – Rating			
Valor justo por meio do resultado	462.476	462.476	462.476
Título de renda fixa privado	23.505	23.505	23.505
Título de renda fixa público	438.971	438.971	438.971
Disponível para a venda	449.026	449.026	449.026
Título de renda fixa público	449.026	449.026	449.026

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano). Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	5	5
Fluxo de 0 a 3 meses	481.371	42.696
Fluxo de 3 a 12 meses	64.998	6.304
Fluxo de 12 a 60 meses	458.896	8.647
Fluxo acima de 60 meses	-	247
Total	1.005.270	57.894

- (i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros.
- (ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos das operações com seguros e resseguro. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de mercado. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

	Cenário
Fator de Risco	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Taxa prefixada de 1 ano	2,87%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam os seguintes:

	Fator de risco	Total com e sem correlação
Período	Taxa de juros em Reais	sem correlação
Dezembro/2020	(38)	(38)
Definição	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	

f. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo aos limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2020	%	Reapresentado 2019	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	462.476	50,74	314.531	35,56
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	462.476	50,74	314.531	35,56
Títulos disponíveis para venda	449.026	49,26	569.886	64,44
Títulos de renda fixa - Notas do Tesouro Nacional	449.026	49,26	469.188	53,05
Títulos de renda fixa - Letras do Tesouro Nacional	-	-	100.698	11,39
Total	911.502	100,00	884.417	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia nos respectivos fundos de investimentos.

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido		De 181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Valor contábil/valor justo		Valor custo/valor justificado		Ajuste a valor justo	
Títulos a valor justo por meio do resultado	23.505	321.754	117.217	462.476	462.476	462.476	462.476	462.476	462.476	462.476	462.476	(154)
Letras Financeiras do Tesouro	-	321.754	117.217	438.971	439.125	(154)	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - operação compromissada/outros (*)	23.505	-	-	23.505	23.505	-	-	-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	449.026	449.026	416.800	32.226	416.800	416.800	416.800	416.800	32.226	32.226
Notas do Tesouro Nacional	-	-	449.026	449.026	416.800	32.226	-	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020	23.505	321.754	566.243	911.502	879.430	32.072	879.430	879.430	879.430	879.430	32.072	32.072

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido		Acima de 360 dias		Valor contábil/valor justo		Valor custo/valor justificado		Ajuste a valor justo	
Títulos a valor justo por meio do resultado	27.020	287.511	314.531	314.531	314.531	314.531	314.531	314.531	314.531	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	287.511	287.511	287.511	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - operação compromissada/outros (*)	18.906	-	18.906	18.906	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - operação compromissada/outros (*)	8.114	-	8.114	8.114	-	-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	569.886	569.886	533.568	533.568	36.318	533.568	533.568	533.568	36.318
Notas do Tesouro Nacional	-	469.188	469.188	438.398	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	100.698	100.698	95.170	-	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019	27.020	857.397	884.417	848.099	848.099	36.318	848.099	848.099	848.099	36.318

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2020	Reapresentado - 2019
Total das provisões técnicas	47.185	87.421
(-) Carregamento de comercialização (*) - garantia estendida	-	10.051
(-) Direito creditório	-	6.232
Total a ser coberto (A)	47.185	71.138
Títulos de renda fixa – públicos	170.206	171.237
Total dado em cobertura (B)	170.206	171.237
Suficiência (B) - (A)	123.021	100.099

(*) Refere-se a despesas com estipulantes efetivamente liquidadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2020		Reapresentado - 2019	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Valor justo por meio do resultado	438.971	23.505	462.476	287.511
Letras Financeiras do Tesouro	438.971	-	438.971	-
Letras Financeiras do Tesouro - operação compromissada/outros (*)	-	23.505	23.505	-
Notas do Tesouro Nacional - operação compromissada/outros (*)	-	-	-	18.906
Disponíveis para venda	449.026	-	449.026	569.886
Notas do Tesouro Nacional	449.026	-	449.026	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	469.188
Total	887.997	23.505	911.502	857.397

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

e. Movimentação das aplicações

	2020		Reapresentado - 2019	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para Venda	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro	314.531	569.886	884.417	884.417
(+) Aplicações	191.249	-	191.249	191.249
(-) Resgates	(54.038)	(157.644)	(211.682)	(211.682)
(+) Rendimentos	10.734	40.876	51.610	51.610
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(4.092)	(4.092)	(4.092)
Saldo em 31 de dezembro	462.476	449.026	911.502	911.502

	2020		Reapresentado - 2019	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para Venda	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro	312.290	531.266	843.556	843.556
(+) Aplicações	138.744	161.030	299.774	299.774
(-) Resgates	(155.762)	(190.733)	(346.495)	(346.495)
(+) Rendimentos	19.259	47.061	66.320	66.320
(+/-) Ajuste a valor justo	-	21.262	21.262	21.262
Saldo em 31 de dezembro	314.531	569.886	884.417	884.417

f. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2020, o desempenho global das aplicações atingiu 208,23% do CDI no acumulado do período e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram 8,78% PRÉ (títulos prefixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui posição pendente de derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

6. Créditos das operações com seguros e resseguros

a. Prêmios a Receber e operações com seguradoras - Garantia Estendida

	2020	Prêmios	2019
A vencer:			
Até 30 dias	-	-	3.134
De 31 a 60 dias	-	-	3.180
Total a vencer	-	-	6.314

	2020	Seguradoras	2019
Vencidos:			
Até 30 dias	68	3.594	3.940
De 31 a 60 dias	16	3.940	40.949
Acima de 61 dias	46.187	40.949	48.483
Total Vencido	46.271	48.483	48.483
(-) Redução ao valor recuperável (*)	(46.187)	(40.949)	(40.949)
Total de vencidos	84	7.534	7.534

(*) A mensuração da provisão para perda de recuperabilidade contempla a atual situação financeira das contrapartes bem como o atual cenário de pandemia, conforme descrito na nota explicativa 20b.

b. Movimentação dos prêmios a receber e operações com seguradoras

	2020	Prêmios	2019	Seguradoras	2019
Saldo inicial em 1º de janeiro	6.163	4.872	7.534	4.946	4.946
(+) Prêmios emitidos	12.538	37.313	-	-	-
(-) Recebimentos	(20.912)	(5.124)	-	-	-

13. Provisões judiciais

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Refere-se, substancialmente, a provisão no montante de R\$ 2.431 (R\$ 2.390 em dezembro de 2019) correspondente a parte da Companhia referente à discussão do direito de deduzir na apuração do lucro real relativo ao exercício fiscal de 1994 e seguintes, o saldo de correção monetária de balanço, mediante aplicação do IPC expurgado em janeiro de 1989 - Plano Verão, efetuados por Universal Companhia de Seguros Gerais (Incorporada na Finasa Seguradora S.A.) e pela Finasa Seguradora S.A. (antiga razão social da Atlântica Companhia de Seguros). Há depósitos judiciais de R\$533 (R\$11.739 em 31 de dezembro de 2019) e, em caso de perda da ação, o montante dos depósitos judiciais serão ressarcidos pelo controlador Bradesco Seguros S.A. Houve levantamento de Depósito Judicial referente ao Processo de IR/CS Plano Color/ Verão no valor total de R\$ 11.407.

(ii) Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$154 (R\$123 em 31 de dezembro de 2019), para os processos cíveis e R\$6 (R\$6 em 31 de dezembro de 2019), para os processos fiscais.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 2.207.711.864 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

b. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

d. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2020, a Atlântica Companhia de Seguros possui um prejuízo acumulado de (R\$220.643).

15. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	2020	2019
Patrimônio líquido contábil	845.693	16.800
Ajustes Contábeis:		
(-) Despesas antecipadas	(62)	(62)
(-) Créditos tributários - Diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(16.738)	(16.738)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	3.463	3.463
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	3.463	3.463
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	832.356	18.463
Capital Mínimo Requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	15.000	15.000
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital adicional com correlação (II) (*)	18.463	18.463
Capital adicional de risco de subscrição	2.676	2.676
Capital adicional de risco de crédito	582	582
Capital adicional de risco de mercado	17.097	17.097
Capital adicional de risco operacional	319	319
Efeito da correlação (benefício)	(2.211)	(2.211)
Suficiência de capital (PLA - CMR)	813.893	813.893
Ativos líquidos	170.206	170.206
Suficiência de ativos garantidores dos Ativos Líquidos (**)	123.021	123.021
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)	18.463	18.463
Índice de liquidez em relação ao CR % (****)	666%	666%

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes.

(**) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquida dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(***) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de Índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).

(****) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%. Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

16. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Despesas	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i) e (iii)	23.510	27.590	-	-	(130)	(102)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (ii)	7	-	(385)	(1.080)	(8.878)	(10.321)
Total	23.517	27.590	(385)	(1.080)	(9.008)	(10.423)

- Refere-se ao saldo em conta corrente e operações compromissadas.
- O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
- Despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Em 2020 e 2019, foi determinado o valor máximo de R\$ 84, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores.

17. Principais ramos de atuação

	Prêmios emitidos líquidos		Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
Ramos	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Garantia estendida	12.131	47.555	4,36	43,55				
Total	12.131	47.555						

	Prêmios emitidos líquidos		Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
Ramos	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Garantia estendida	12.131	47.555	4,36	43,55				
Total	12.131	47.555						

18. Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos

	2020	2019
Prêmio de cossegueros aceitos - garantia estendida	12.131	37.131
Total	12.131	37.131

b. Sinistros ocorridos

	2020	2019
Sinistros de cossegueros aceitos e retrocessões	(3.700)	(9.801)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - garantia estendida	1.616	1.345
Ressarcimentos	11	216
Total	(2.073)	(8.240)

c. Custos de aquisição

	2020	2019
Outras despesas de comercialização - garantia estendida	(4.616)	(13.864)
Varição das despesas de comercialização diferidas - garantia estendida	(16.092)	(32.462)
Total	(20.708)	(46.326)

d. Outras despesas e receitas operacionais

	2020	2019
Recuperação do custo do bilhete - DPVAT	619	-
Outras despesas com operações de seguros	(5.811)	(27.568)
Total	(5.192)	(27.568)

e. Despesas administrativas

	2020	2019
Despesas com pessoal próprio	(4.869)	(5.717)
Despesas com serviços de terceiros	(2.789)	(3.898)
Despesas com localização e funcionamento	(1.596)	(953)
Despesas com publicações	(185)	(160)
Despesas com donativos e contribuições	(252)	(285)
Outras	(63)	(2.370)
Total	(9.754)	(13.383)

f. Despesas com tributos

	2020	2019
Despesas com COFINS	(1.666)	(2.598)
Despesas com PIS	(271)	(423)
Despesas com taxa de fiscalização	(699)	(1.071)
Impostos federais/estaduais/municipais	-	(30)
Total	(2.636)	(4.122)

g. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	55.177	68.321
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	204	406
Outras receitas	-	51
Subtotal	55.381	68.778
Despesas financeiras		
Despesas com títulos de renda fixa	(3.567)	(2.001)
Tributação sobre operações financeiras	(756)	(1.658)
Outras despesas financeiras	(167)	(76)
Subtotal	(4.490)	(3.735)
Total	50.891	65.043

h. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Impostos diferidos		
Reversão no período sobre adições temporárias	(154.844)	7.739
Imposto de renda e contribuição social devidos	(25.093)	(29.476)
Imposto de renda e contribuição social devidos (*)	(179.937)	(21.737)

(*) Refere-se a baixa de créditos tributários, substancialmente, sobre diferenças temporárias conforme nota explicativa 7.

19. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Resultado antes	58.071	54.473
Adições	10.844	28.870
Exclusões	(5.845)	(9.406)
Lucro tributável	63.070	73.937
Tributos Correntes	(25.227)	(29.575)
Tributos Diferidos	(154.844)	7.739
(-) Incentivos fiscais	134	99
Total dos tributos	(179.937)	(21.737)
Alíquota efetiva	309,86%	39,90%

20. Outras informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 5 de fevereiro de 2021, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

b. Rede Varejista Ricardo Eletro

Em 2012 a Companhia assinou Acordo Operacional com a rede varejista "Ricardo Eletro" para distribuição de seguros garantia estendida. Em 7 de agosto de 2020 a "Ricardo Eletro" ajuizou o pedido de Recuperação Judicial, sendo publicada no Diário Oficial da União em 13 de agosto de 2020. O pedido foi aceito pela 1ª Vara de Falências, nos termos da Lei de Recuperação Judicial e Falência. A partir da apresentação do Plano aos credores houve agravamento da situação da Companhia decorrente da pandemia e das medidas de isolamento social que levaram ao fechamento das lojas físicas e impactaram significativamente sua capacidade de pagamento. Todos os valores a receber vencidos superiores a 60 dias encontram-se provisionados conforme legislação vigente.

DIRETORIA

Ney Ferraz Dias	Diretor-Geral	Pedro Bosquiero Junior	Diretor	Saint'Clair Pereira Lima	Atuário - MIBA nº 943
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Gedson Oliveira Santos	Diretor	Alberto Barcellos Miranda	Contador - CRC - RJ - 094195/O
Américo Pinto Gomes	Diretor-Gerente	Vinicius Marinho da Cruz	Diretor		
Saint'Clair Pereira Lima	Diretor				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e ao Conselho de Administração da

Atlântica Companhia de Seguros

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Atlântica Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântica Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 25 de fevereiro de 2021

KPMG	KPMG Auditores Independentes CRC 2SP-028567/F	Érika Carvalho Ramos Contadora CRC 1SP224130/O-0
-------------	--	---

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Atlântica Companhia de Seguros

Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 33.151.291/0001-78

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Atlântica Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e, também, com